

“O evangelho segundo São Lucas possui um lugar privilegiado no Novo Testamento e mesmo em toda a Bíblia” (p. 13). É este lugar privilegiado e a sua notável riqueza literária e teológica que tornam praticamente inesgotável o processo da sua leitura e interpretação. De facto, são muitas as perspectivas em que este evangelho já foi e continua a ser lido. Podemos mesmo dizer que se presta a leituras sempre renovadas e criativas. Eis-nos perante uma dessas!

Depois de uma interessante introdução à obra de Lucas (o autor detém-se em temas como: quem é Lucas e por que escreve?; Deus faz uma aliança: por quê e como?; o contributo de Lucas; o prólogo do Evangelho; Lucas entre Mateus-Marcos e João), Henry de Villefranche, padre da Diocese de Paris e professor no Colégio dos Bernardinos, comenta a globalidade do evangelho de Lucas, em quatro momentos: 1, 5 – 4, 13 (préparations); 4, 14 – 9, 50 (révelation de Jésus et de sa mission en Galilée); 9, 51 – 21, 38 (Jésus prend de chemin de Jérusalem); 22, 1 – 24, 53 (l’ alliance nouvelle en Jésus). Por último, apresenta o uso do terceiro evangelho no lecionário romano.

Como o título indica, as suas chaves de leitura são o ver e o servir, duas das coordenadas fundamentais da teologia de Lucas. Poderia tratar-se de mais um comentário ou de um entre outros, mas este enfoque confere-se novidade e pertinência. Podemos dizer que radica aqui o seu interesse e valor.

O interesse dos seus conteúdos e a sua boa apresentação gráfica fazem deste breve comentário (apenas 190 páginas!) uma obra de interesse científico e, por isso, de leitura recomendada.

JOÃO ALBERTO SOUSA CORREIA

## EUCARISTIA

Rouillé d’Orfeuill, Matthieu, *Lieu, présence, résurrection. Relectures de phénoménologie eucharistique* (Paris: Les Éditions du Cerf, 2016), pp. 402, 210x135, ISBN 978-2-204-11022-8.

«Isto é o meu Corpo.» Esta declaração de Jesus, feita no decurso da ‘última ceia’, que os cristãos escutam na celebração da eucaristia, continua, como sucedeu na primeira vez, a soar com significativa estranheza. Não obstante a frequência com que é escutada, diga-se. De facto, são palavras que, embora sintéticas, mas de amplitude muito vasta em relação à sua semântica, interpelaram os primeiros cristãos, ou seja, todos os ‘teólogos’, que, desde o princípio, procuram compreender o sentido que Jesus lhes assignou. Porque ‘ousadas’ e, ao mesmo tempo, carecidas de interpretação para a inteligência da fé e a vivência deste mistério, despertaram enorme fascínio em muitos filósofos, entre eles, René Descartes, Gottfried Leibniz, mas também outros mais recentes, como cita o A., Maurice Blondel, Emmanuel Falque ou Jean-Luc Marion.

Trata-se de um questionamento que a filosofia do ‘ser’ coloca à teologia eucarística. É neste contexto que o A. se move, não sem precedentes, pois, de forma assumida, o faz à luz da reflexão feita por Jean-Yves Lacoste, que, tendo alocado a questão eucarística no centro de interrogação do ser, ofereceu novas sínteses desta relação intrínseca. Retomando este dossier, típico da teologia eucarística, o A. procura evidenciar como a reflexão feita pelos filósofos e teólogos sobre este mistério não se esgota, à semelhança do que sucedeu frequentemente com outras questões, às vezes não mais do que questiúnculas, no tratado geral da Eucaristia, numa problematização de natu-

reza técnica no que respeita à interpretação da fé, nomeadamente com o que se entende pela noção «presença», que se depreende das palavras ditas por Jesus, muito antes portanto da crise aberta, séculos mais tarde, sobre a sua presença (ou não, segundo Berengário) nas ‘espécies consagradas’. A fim de deixar mais claro o contexto, o A. assinala as fronteiras da sua pesquisa: «O objeto da presente investigação não é o de resolver toda a questão do ser, nem a totalidade da doutrina eucarística (...) Não se trata de não oferecer uma elaboração teórica do ponto de contacto destes dois domínios da reflexão filosófica e teológica; isso constituirá o contexto da pesquisa, não o seu objeto próprio».

De forma positiva, e que até ajuda a melhor entender o título que o A. dá a esta sua obra, o objeto de estudo é assim por ele apresentado: «A determinação primeira será antes a seguinte: como pensar a partir de três categorias significantes (lugar, presença, ressurreição) a realidade do ser e da eucaristia, a fim de oferecer um modo perene de exprimir a fé enquanto a filosofia do ser conheceu mudanças decisivas e, provavelmente, irreversíveis» (p. 10). E, porque ainda enunciado por ele, sem deixar de assinalar limites, que abrem o objeto de estudo para desenvolvimentos interdisciplinares, transcrevem-se as suas palavras: «O desafio deste livro pode antes ser assim enunciado: “mais audaciosamente do que nunca, *confessar a fé*”. Mas o limite de um tal trabalho aparece assim claramente: exprimir a fé eucarística obriga assim a acolher os resultados de disciplinas que não pertencem propriamente à teologia dogmática» (p.10).

Sem entrar nas questões de exegese e liturgia, que ultrapassam o âmbito da investigação, o A. prefere examinar e retomar as transições dos conceitos criados na metafísica escolástica, mas que, entretanto,

deixaram de ser usados pelos filósofos, para investir no contributo que a fenomenologia (neste caso, o A. explora a francesa) pode dar para este questionamento. Que, em todo o caso, se relaciona com a grande questão entre ‘ser’ e Deus. Desde este ponto de vista, introduz este tema, mas sem entrar na sua complexidade. É algo que faz numa linha, ainda de preparação, para compreender o que significa o dito de Jesus «Isto é o meu Corpo».

Aberto à amplitude desta noção de ‘presença’ (real, segundo a fé), por muitos aspetos difícil de resumir, até do ponto de vista conceptual, o A. procura alargar o horizonte da sua compreensão ao contexto mais vasto do mundo ‘real’, que se diz ou tem por ‘presente’. Por conseguinte, qual será o sentido da expressão de Jesus: «Isto é o meu corpo»? Que se pode dizer deste tipo de linguagem? Segundo o A., a resposta a este questionamento não é imediata, nem honestamente o poderia ser. Uma vez que o enunciado desta problematização se começou a fazer deste o período patrístico, ainda que não assumidamente de forma sistemática, algo que veio de facto a acontecer durante a grande escolástica, o A. parte do pensamento dito ‘clássico’ de Santo Agostinho, São Tomás e São Boaventura, para depois o confrontar com releituras mais inusitadas, como a de João Escoto Erígena, e outras mais recentes, entre elas as de Martin Heidegger, Louis Lavelle, Jean-Luc Marion. E, tudo isto, diga-se, para nos surpreender com o que «ser» significa, ou pode dizer.

Este itinerário é feito pelo A. em três noções (o conceito central é ‘presença’, mas há outros dois relacionados: ‘lugar’ e ‘ressurreição’) e três etapas, bem explicitadas entre as páginas 18 e 19. A investigação procura considerar a questão eucarística, e o sentido do verbo “ser” que a define («Isto é o meu corpo»), «renovando, por

uma atenção fenomenológica, a receção de textos (de Agostinho, Tomás de Aquino, João Escoto Erígena, Pascásio Radberto, Boaventura), que a tradição tinha lido numa perspetiva metafísica» (p.17), cuja releitura é feita numa perspetiva fenomenológica, conduzida por Jean-Luc Marion e Emmanuel Falque, que, como bem adverte o A., «se inscrevem numa originalidade que suscita polémica» (p. 18). Mas é nessa novidade, nem por isso ilegítima, que o A. pretende investir para, como escreve, «indicar caminhos teológicos promotores» (p.18).

Assumida a originalidade e a polémica, que estes caminhos podem suscitar, o A. adverte os leitores de que «as intuições que acabam de ser expostas (na Introdução) têm repercussões filosóficas (e espirituais) extremamente inconfortáveis» (p. 20). Ele próprio, na qualidade de A., está consciente disso. Mas, ainda assim, conclui: «Todavia, a companhia destes grandes espíritos que são Santo Agostinho, Erígena, Pascásio, Tomás e Boaventura, dever-nos-ia tranquilizar (pelo menos tanto quanto a presença de Rafael reconfortou Tobias) nesta ousada viagem que agora vamos realizar entre as diversas paisagens da fé eucarística» (p.20).

Esta viagem deve entender-se como um ‘ensaio’ de teologia eucarística, que possui ainda algumas daquelas particularidades típicas de uma dissertação académica. De facto, uma primeira versão desta obra foi apresentada, em junho de 2015, no Pontifício Ateneo Sant’Anselmo (Roma), como tese de doutoramento do A., de tal forma que, dela, ainda permanecem quatro anexos e os respetivos agradecimentos. Neste momento, o A., que é padre da Diocese de Fréjus-Toulon, permanece em Roma, onde desempenha a missão de diretor do Pontifício Seminário Francês.

JOAQUIM FÉLIX DE CARVALHO

## TEOLOGIA

Roland Minnerath, *Religion, l'heure de vérité* (Paris: Editions Artège, 2015), ISBN 978-2-36040-598-5, 169pp.

O autor, arcebispo de Dijon e professor emérito da universidade de Estrasburgo, com obra conhecida, sobretudo a propósito da relação entre Igreja, sociedade e Estado, recolhe neste volume considerações atuais sobre o estatuto da religião, na sua relação específica com a questão da verdade. A questão transversal é, como noutras obras suas, a da dimensão pública da religião num contexto secularizado, com tendência para a sua redução ao âmbito individual. Colocada esta questão sob o prisma da questão da verdade não a transfere para uma eventual reivindicação teocrática, em nome de uma verdade absoluta de que os crentes fossem proprietários. Pelo contrário, a própria abordagem religiosa da questão implica que “ninguém seja proprietário da verdade” (p. 18), pois nós é que somos possuídos por ela. Em rigor, este é o mote para o conjunto dos capítulos apresentados nesta obra, dividida em três partes.

Na primeira arte, intitulada “A verdade liberta” explora-se, precisamente, um conceito de verdade intrínseco à visão cristã do mundo. Esta introduziu uma alteração significativa na própria concepção de religião, precisamente no sentido da afirmação liberdade pessoal, em nome da verdade. O horizonte deixa de ser o da mera religião civil, para se transformar numa orientação mais fundamental. Isso não anula, contudo, o estatuto cívico e social da religião, nomeadamente no que diz respeito ao processo de reconhecimento e afirmação da liberdade religiosa de sujeitos e de grupos. A base desta concepção está precisamente na referência a um “Reino”